

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/>

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

**Notas sobre o Papel do Estado
no Desenvolvimento da Agricultura**

Carlos E. Guanzioli

TD 311
Julho/2015

1- AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico tem um dos seus entraves maiores no setor agrícola que se caracteriza pela baixa produtividade dos seus fatores, afetando o conjunto da economia dos países desenvolvidos.

O problema da baixa produtividade da agricultura pode ser interpretado sob o quadro analítico do “círculo vicioso da pobreza”, conceito descrito por Nurkse no seu trabalho clássico de 1953¹. O círculo vicioso da pobreza ocorre quando a baixa produtividade (na agricultura) gera baixos rendimentos, o que impossibilita os camponeses poupar e, em decorrência disso, os investimentos são baixos, gerando baixa produtividade, e assim sucessivamente.² Este fenômeno é descrito esquematicamente na Figura 1 abaixo.

Figura 1 - Círculo Vicioso da Pobreza



Fonte: Elaboração própria com base em Nurkse (1967)

O círculo vicioso da pobreza e a associada baixa produtividade no sector agrícola pode conduzir a uma situação que Lewis (1954) apelidou de “desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”, na qual a produtividade da agricultura é baixa, gerando êxodo rural e, portanto, resultando em oferta ilimitada de mão de obra nas cidades. Se por um lado este fluxo diminui o custo do trabalho (industrial) nas cidades, viabilizando a acumulação de capital urbano, o mesmo inflaciona os custos de alimentação nas zonas urbanas e impõe a necessidade de grandes investimentos em habitação, saneamento, mobilidade, entre outros, o que absorve recursos escassos que, em tese, poderiam ser direcionados à industrialização.³ Este fato explica provavelmente por que a Índia e outros países com oferta altamente elástica de mão de obra nas cidades não registraram uma rápida acumulação de capital, e por que o controle da migração rural-urbana na China ajudou seu desempenho econômico.

A experiência de vários países sugere que para romper o círculo vicioso da pobreza requerer-se-á um Estado capaz de intervir, apoiando o processo de transição de uma economia tradicional (baixa produtividade) para uma economia industrializada (alta produtividade). A intervenção do Estado nesse sentido, argumenta Rostow (1978), deve ser orientada para a criação das condições de apoio ao “take-off” da economia através da expansão do capital social fixo. O “take-off”, ao reduzir a relação capital/produto, leva a uma industrialização em condições mais normais de acumulação.

¹ Nurkse, R. *Notas sobre o Trabalho do Sr. Furtado Relativo a "Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico"*. Revista Brasileira de Economia, Vol. 7, No 1 (1953).

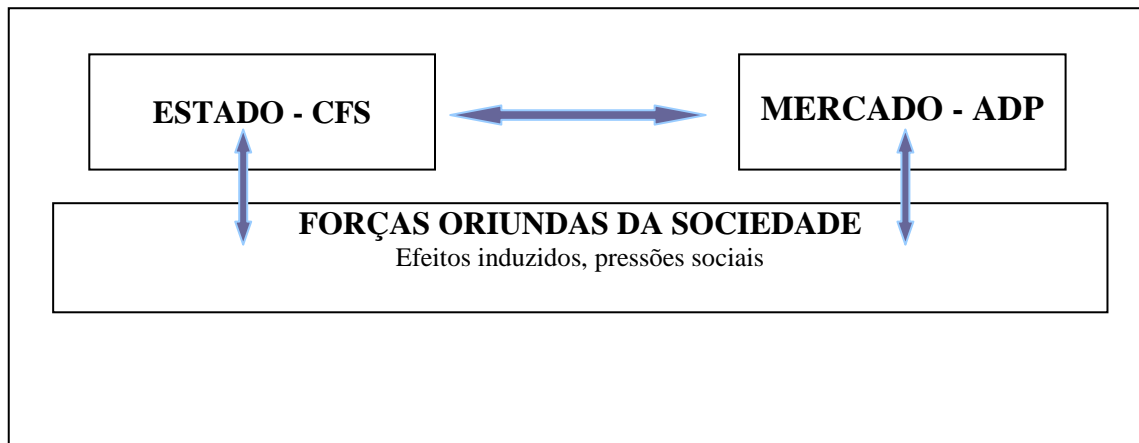
² Nurkse, R: *Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico*. In Agarwala. “Teorias do desenvolvimento Econômico”. John Hopkins, 1967.

³ Jorgenson mostrou que esse processo geraria uma “armadilha de nível baixo de equilíbrio”, pois com menor população rural cai a produção de alimentos, o que eleva os preços dos mesmos e obriga aos empresários urbanos a pagar salários maiores ou enfrentar processos inflacionários, ambos prejudiciais ao desenvolvimento. Ver “Armadilha do Desenvolvimento”, in Awarwala, op cit.

Muitos governos da década de 1950, segundo Rostow, romperam seus círculos viciosos da pobreza através da criação do capital fixo necessário para o desenvolvimento.

Contudo, o protagonismo do Estado não pode ser absoluto no processo de desenvolvimento, mesmo nas suas fases mais críticas. Como nota Albert Hirschman⁴, o desenvolvimento econômico acontece através da interação permanente entre capital fixo social (CFS) provido pelo Estado, actividades directamente produtivas (ADP) do Setor Privado e as forças sociais, como ilustra a Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Interação entre as Forças do Desenvolvimento



Fonte: Elaboração Própria com Base em Hirschman (1961).

De acordo com Hirschman, as duas funções do governo, seriam primeiro *“to initiate growth through forward thrusts that are meant to create incentives for further action”*, e segundo *“stand ready to react to, and to alleviate these pressures in a variety of areas”*, sendo a primeira das funções a mais essencial⁵. Ao mesmo tempo, Hirschman era cético quanto à capacidade de que por meio do planejamento de suas atividades se conseguisse resolver todas as necessidades do desenvolvimento, pois não há tal racionalidade na sua atuação no momento de decidir entre prioridades. O desenvolvimento socioeconômico de um país tomará a forma e o rumo dado pela interação entre as três forças já citadas e o resultado dependerá da força relativa de cada uma delas.

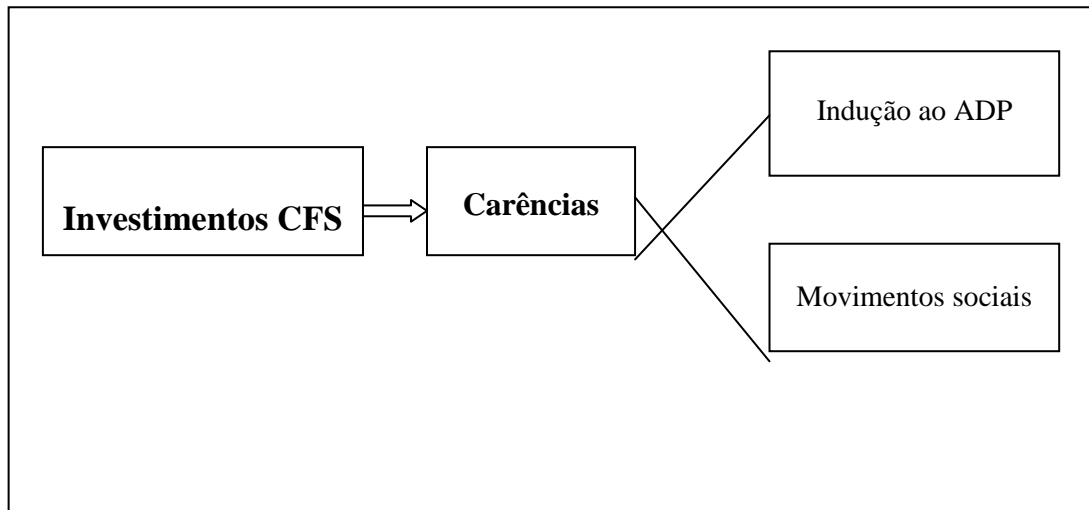
Dada a interação acima mencionada entre o CFS e ADP, Hirschman propõe que, ao invés de uma intervenção do Estado com enfoque na planificação rígida, o Estado deve orientar sua intervenção sob o princípio de “desenvolvimento com escassez”. Sob

⁴Hirschman. A .Estratégia de Desenvolvimento Econômico. Editora.Fundo de Cultura. Rio de Janeiro (196, página 123), originalmente publicado em 1958 pela Yale University Press, escrito em 1956-7, com base em e numa reflexao sobre sua experiencia na Colombia. Esta é a obra seminal e possivelmente mais influente de Hirschman, em que ele critica o conceito de “crescimento equilibrado” e os esforços de planejamento nesse sentido, e argumenta que o processo de desenvolvimento é fundamentalmente desequilibrado, induzido por pressoes e demandas que se acumulam e resolvem no tempo.

⁵ Ver Strategy of Economic Development, op.cit, p. 202.

este tipo de intervenção, o Estado faz investimentos iniciais que, por sua vez, geram novos desequilíbrios, e isto incentiva a busca de soluções tanto por parte do Estado como do sector privado, dando-se assim o sinal de por onde há de se avançar na busca dessas soluções (Figura 3). O excesso de ações do Estado (planificação rígida), ao contrário, pode “sufocar” e “conformar” a população que, assim, perderia o impulso de participar na busca de novas soluções e “abafar” o sector privado nas ADP’s.

Figura 3 - Desenvolvimento Impulsionado pelo Investimento



Fonte: Elaboração própria com base em Hirschman (1961).

Assim, do quadro analítico de Hirschman, esquematizado nas figuras 2 e 3 acima, derivam três implicações no que respeita ao papel dos vários agentes na ruptura do círculo vicioso da pobreza: (i) o Estado cumpre as funções de regulador, facilitador e dinamizador de algumas iniciativas, (ii) o sector privado investe e produz riqueza e gera emprego; e (iii) a sociedade civil demanda soluções para seus problemas sociais⁶.

Amartya Sen em certa medida retoma a discussão do círculo vicioso da pobreza e argumenta que a educação tem o papel central na sua ruptura, ao contribuir para o aumento da produtividade, que é o maior entrave dos países pobres⁷. Mas o impacto da acumulação do capital humano vai além, gerando *spillovers* (externalidades positivas) que podem induzir o crescimento no longo prazo das regiões e países, conforme as teorias de crescimento endógeno de Romer (1986; 1989) e Lucas (1988). Um trabalhador mais qualificado tem maior propensão a inovar, criando novos e melhores projetos e deste modo gerando maior produtividade. Em consequência, o investimento na educação contribui para a melhoria da renda do trabalhador, via aumentos de

⁶O processo de planificação contemporâneo tornou-se muito mais complexo, e uma abordagem *top down* clássica seria disfuncional na prática sem consulta nem participação da sociedade civil, o que remete ao dito de Pierre Bourdieu que “não há política social sem pressão social”. Ver BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979, e *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge University Press, 1977, onde o autor desenvolve uma “teoria da prática”. Em Carlos Matus, o conceito relevante é o de “planejamento estratégico situacional”, assim descrito: “*Meu plano mede forças com o plano do meu oponente e ele é um ator social que gera processos criativos. Não é simplesmente um agente social que segue comportamentos previsíveis. Se eu quero alcançar minha situação-objetivo devo vencer a resistência do outro ou obter sua cooperação. Minhas estratégias e táticas, assim como as dele, combinam cooperação e conflito*” (p. 286). Ver Matus, C (1993) *Planejamento Estratégico*. IPEA, 1993). Ministério da Economia Brasil.

⁷ Sen, Amartya : “*Desenvolvimento Como Liberdade*” .Companhia das Letras.Brasília, 2001.

produtividade, e também para a dinamização do processo inovador na sociedade, que gera efeitos de longo prazo sobre o crescimento econômico.

Para além da educação, que entrou com força na agenda política do desenvolvimento nas últimas décadas, ainda mais recentemente a questão institucional passou a ter um papel relevante em toda a problemática do desenvolvimento. A abordagem institucionalista, ao explicar as razões da existência de Estados Frágeis e Estados Fortes, faz sentido para entender por que algumas políticas podem e devem ser recomendadas a certos países, mas não a outros.

Uma das evidências mais sérias da relevância das Instituições (e as políticas que as acompanham) é dada pelas transformações ocorridas desde 1978 na China, que foram a principal causa do seu crescimento econômico nos últimos 30 anos. As instituições criadas, começando pela política de abertura econômica, geraram incentivos certos para se investir em capital humano, adotar novas tecnologias e encorajar a inovação, gerando conseqüentemente ganhos de produtividade, como descrito em Acemoglu, Johnson e Robinson (2004, pg. 12):

A maneira como as pessoas decidem por elas mesmas organizarem suas sociedades é que determinam se elas serão ou não prósperas. Algumas formas de sociedade incentivam as pessoas a inovar, assumir riscos, poupar para o futuro, procurar melhores formas de fazer as coisas, aprender e se educar, resolver problemas com ações coletivas e fornecer bens públicos. [tradução do autor].

Países distintos, em diversos momentos da história, utilizaram estratégias semelhantes, mas tiveram resultados significativamente diferentes. Ficou demonstrado que, para além da disponibilidade dos recursos naturais e do stock de capital físico e humano, desenvolvimento requer a presença de instituições que diminuam os custos de transação e o oportunismo dos agentes (Williamson, 1985).

Formalmente, o conceito de instituição se refere a um conjunto de normas e procedimentos socialmente aceites que restringem o comportamento humano. O Estado, segundo North (1993), tem o poder e o dever de selecionar e disseminar as boas instituições. No plano econômico, tem o papel fundamental de coordenar políticas que levem ao desenvolvimento pleno do mercado e a sua fiscalização. Sem uma estrutura de governança baseada em regras e convenções aceites pela sociedade, o oportunismo dos agentes se manifestará, gerando custos de transação para a economia. Países com instituições saudáveis tendem a romper mais rapidamente o círculo da pobreza e, como sugerido por Olson (1996), exemplos incluem Botswana, Chile, Noruega, Coreia do Sul, entre outros.

Em suma, viu-se nestas notas que a ruptura do círculo vicioso do subdesenvolvimento exige um papel proativo do Estado, suficientemente forte para impulsionar um *take off* de sua economia, seja promovendo a acumulação de capital físico e/ou humano. Este papel tem que ser articulado de forma inteligente com as forças do mercado e da sociedade civil, sob pena de se repetir formas de planificação *top down*, que se mostraram totalmente ineficazes nos anos sessenta na maior parte dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, para que esse papel seja cumprido de forma efetiva é necessário o fortalecimento das instituições que compõem o Estado, nomeadamente: leis, regulamentos e normas que regem os direitos humanos fundamentais; uma arquitetura que possibilite a resolução de conflitos políticos inerentes a qualquer sociedade por meios pacíficos e instituições democráticas; estruturas jurídicas que assegurem o cumprimento dos contratos; e organismos que

asseguem o financiamento do Estado e o uso judicioso e transparente dos recursos em benefício do conjunto da população⁸.

2- O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

Um dos maiores limitantes da adoção de tecnologias e do aumento da produtividade é a falta de financiamento à produção, sendo o crédito uma das formas de financiamento. Uma corrente influente de pensamento econômico (onde se destaca Keynes) argumenta que o crédito é uma das principais alavancas do processo de acumulação/desenvolvimento capitalista. O crédito permite antecipar o poder de compra, ampliando os limites impostos pelos recursos próprios, tanto para os produtores, como para os consumidores. Neste sentido, o crédito potencializa e acelera a acumulação presente. Note-se, porém que o crédito, progresso tecnológico e acumulação são variáveis interdependentes, visto que o crédito corrente será remunerado com a riqueza a ser gerada no futuro que, por sua vez, depende diretamente do êxito do processo de acumulação corrente e da elevação da produtividade do trabalho.⁹

O crédito pode ser subdividido em duas linhas principais: crédito para investimento e crédito para capital de giro. Enquanto a primeira permite a criação/expansão/manutenção da capacidade de produção, a segunda provê recursos para sustentar os gastos monetários incorridos durante o processo produtivo.

Embora sejam tratadas pelo sistema financeiro de forma independente, as duas linhas de crédito estão estreitamente relacionadas. A necessidade de capital de giro é diretamente determinada por dois fatores: (a) o nível de utilização da capacidade instalada ou volume de produção corrente; e (b) o montante, a natureza e o conteúdo dos investimentos. Estes dois fatores são fortemente influenciados pelo crédito para investimento, e geram determinada estrutura de gastos correntes — volume e composição — que deve ser sustentada pelo capital de giro (Buainain, Guanzirolí, 1998).

As condições de pagamento e a taxa de remuneração do crédito não apenas devem ser compatíveis com o fluxo de rendimento futuro esperado, como também influenciam diretamente as decisões dos agentes quanto à magnitude e natureza dos gastos a serem financiados (quanto e o quê produzir).

⁸Ver Paul Collier (2008) e Tim Besley e Person (2011), sobre as características dos “Estados Frágeis”, e os fatores que dificultam ou impedem estes Estados de terem um papel protagônico na superação da pobreza.

⁹A China conseguiu a traves do seu mercado de empréstimos rural da China, estimado em cerca de 2 trilhões de yuans (292 mil dólares) por ano, atender a 33% dos seus agricultores, em torno de 300 milhões de agricultores. (China to legalize private lending in bid to ease rural credit pressure 2009-03-04 12:38:16 GMT2009-03-04 20:38:16 (Beijing Time) Xinhua English by Xinhua Writer Cao Xiaofan). Um estudo econométrico de 2008, feito com base numa amostra representativa de agricultores das províncias agrícolas de Xinglonggang, Heilongjiang, no Noroeste da China, mostra que jovens agricultores não alavancam suas vantagens comparativas (maior vigor físico) para o trabalho agrícola sob restrições de crédito. Os resultados revelam que havendo restrições de crédito os jovens não usam insumos de produção. Removendo as restrições de crédito a produtividade agrícola e a renda das famílias rurais melhora 31,6% e 23,2%, respectivamente. Ver FENGXIA DONG et alii 2010.

2.1 - Papel do Crédito Agrícola no Desenvolvimento Rural

Na agricultura, o fato de os agricultores familiares não orientarem suas decisões de produção exclusivamente em função da maximização do lucro implica que suas respostas às condições de financiamento podem variar em comparação aos produtores patronais ou capitalistas. Por exemplo, diante de uma elevação do custo de financiamento, em lugar de reduzir a área plantada e a produção corrente para diminuir o volume de crédito operacional e o risco, como provavelmente fariam os agricultores capitalistas, os familiares podem decidir diversificar a produção e/ou intensificar o trabalho familiar com vista a reduzir a dependência de recursos externos.

A agricultura tem especificidades que requerem instrumentos de crédito apropriados. Seu ciclo de produção mais longo e rígido dificulta a compatibilização dos fluxos de receitas e gastos. Como o processo de produção é contínuo, incorre-se em gastos ao longo de todo o período, mas a receita só é realizada após a colheita. O resultado é uma discrepância entre fluxo de gastos e receitas e uma elevação do capital de giro necessário para sustentar o processo de produção. Esta rigidez do ciclo produtivo, aliada a dependência à natureza, eleva os riscos envolvidos na produção agropecuária, seja devido às flutuações aleatórias das condições naturais, seja devido à maior dificuldade em responder às mudanças nas condições de mercado.

A especificidade do ciclo produtivo agrícola tem duas implicações relevantes para o papel do crédito na agricultura. Por um lado, os agricultores tornam-se mais dependentes do crédito dadas à alternância entre anos bons e maus e a conseqüente maior variabilidade da renda agrícola. Por outro lado, as taxas de juro enfrentadas pelos agricultores tornam-se mais elevadas, dado o elevado risco presente na atividade agrícola (Buainain, Guanzioli, 1998).

O fato mencionado no parágrafo anterior introduz uma inadequação entre as condições de empréstimo impostas pelos bancos comerciais e as condições aceitáveis pelos agricultores. Enquanto para os bancos um risco mais elevado requer taxa de juros mais elevada, para o produtor o efeito seria exatamente o contrário: um nível de risco mais elevado teria que ser “compensado” por taxas mais baixas e pela redução da utilização de recursos de terceiros.

Para reduzir os riscos e incertezas envolvidos no negócio agrícola os bancos exigem garantias que em último caso podem afetar os bens e ativos do mutuário e seus avalistas. Como relação, e também para reduzir seus riscos, os agricultores rurais desenvolvem uma atitude “conservadora” e cautelosa em relação aos empréstimos, visto que resultados negativos podem custar seu próprio patrimônio. Este é o fato que tem justificado a intervenção marcante dos governos, em quase todo o mundo, na área do crédito rural.

No entanto, embora se aceite que o risco da atividade agrícola justifica a intervenção do Estado no sistema de crédito, Yaron (1995) avalia criticamente essas intervenções:

“Em geral, o desempenho das operações de crédito agrícola suportado pelo Estado e por doadores tem sido aquém das expectativas. A maioria dos programas atingiu apenas uma minoria da população agrícola e os benefícios foram frequentemente concentrados entre os agricultores mais ricos. Muitas das instituições estabelecidas para fornecimento de programas de crédito não se tornaram auto-suficientes. Além disso, em muitos casos, a dependência de subvenção destas instituições tornou-se significativa” (pág. 13).

A eficácia do mercado institucional de crédito à agricultura é muitas vezes constrangida pela fungibilidade de dinheiro. Em muitos casos, há fraca supervisão e os mutuários podem usar fundos para fins a eles preferíveis, independentemente do objetivo promovidos pelos responsáveis políticos. Ademais, é mais difícil garantir que os recursos sejam utilizados para financiar o investimento, em comparação com outras fontes de financiamento. Assim, a intervenção do Estado no sistema de crédito pode gerar apenas um aumento parcial no investimento, especialmente se a rentabilidade da agricultura é baixa e os agricultores têm outro investimento mais atraente ou oportunidades de consumo.

Contudo, mediante políticas eficazes e práticas de gestão eficientes, é possível, segundo Yaron (1995), tornar o sistema de crédito oficial um caso bem sucedido. Deve-se para tal, segundo aquele autor: (a) aplicar taxas de juros sobre empréstimos que cubram o custo geral das operações; (b) aplicar técnicas de operação bancária móvel que contribuam para a diminuição dos custos administrativos na seleção de Project os; (c) aplicar incentivos para os mutuários para reembolso oportuno sob forma de juros, abatimentos ou bônus aos que demonstrem bom desempenho financeiro e (d) aplicar métodos simples, claros e eficientes para a aprovação de empréstimos, desembolsos e amortizações de empréstimos.

2.2- A Focalização do Crédito

Um aspecto a sublinhar é a necessidade (ou não) de focalização das políticas públicas em geral e do sistema de crédito oficial em particular. Em qualquer sistema de benefícios sociais, dado um volume limitado de recursos, quanto mais universal for o sistema, menor a parcela de recursos destinada a grupos determinados da população, pois, no limite, a distribuição dos recursos dos programas sociais estaria replicando e validando a distribuição da renda gerada pelo funcionamento do mercado.

Quanto mais universalizantes as intervenções de política, menor o montante destinado a cada programa individualmente, o que leva a uma deterioração da qualidade do serviço prestado aos beneficiários. Visto que os grupos de renda mais elevada têm a opção de pagar pela prestação dos serviços no sector privado, tem sido comum focalizar os programas sociais nos pobres. Em outras palavras, dado um volume fixo de recursos, quanto mais focalizados forem os gastos do governo, maior o efeito desses gastos na solução do problema que se busca resolver.

No caso do crédito agrícola, tanto os agricultores médios como os pequenos (pobres) carecem de recursos adicionais, mas, visto que os recursos são escassos, é necessário focalizar o acesso ao crédito naqueles que podem responder melhor ao objetivo da política¹⁰. Os agricultores muito pequenos enfrentam vários

¹⁰Magalhães ET al (2005) com base em pesquisa realizada em 2001 com 6.100 agricultores, 2/3 que receberam e 1/3 que não receberam PRONAF em 133 municípios de Paraná (Brasil) encontraram evidências claras de impacto do crédito na produção e na renda apenas no grupo mais desenvolvido da Agricultura Familiar (Grupo D). Controlando pelas características dos participantes (OLS) dá impacto positivo de R\$ 437 no valor de produção e de R\$ 80 na renda per capita. Com método de Propensity Score dá negativo de R\$ 1820 e de 42 per capita. O Efeito positivo acontece

constrangimentos estruturais que precisam ser removidos antes da disponibilização do crédito. A base para a decisão é saber se o crédito ajuda a remover um constrangimento que reduz o aproveitamento do potencial produtivo. Na maioria dos casos, o crédito tem que ser um meio através do qual o agricultor supera as restrições de produção, e não um meio para sobrevivência.

Quando o crédito é de regime comercial, a atividade agrícola do produtor em questão deve, a priori, ser economicamente viável, gerando renda capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e sua família, mas também possibilitando poupança e, em decorrência disso, novos investimentos.¹¹

A viabilidade econômica do pequeno agricultor só é possível com sua plena inserção no mercado, visto que: (1) a produção de subsistência é diversificada por natureza, o que impede maior grau de especialização produtiva e assim limita os ganhos de produtividade; (2) a produção para o mercado, com a conseqüente sujeição às forças de concorrência, leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação; e (3) a produção mercantil e a conseqüente geração de renda monetária permitem a satisfação plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência (Buainain, Guanziroli. 1998).

Dado que, em geral, na agricultura a taxa de retorno dos investimentos é baixa e os riscos são altos, a disponibilização do crédito nem sempre é efetiva na elevação da taxa de investimentos.

Três alternativas de solução colocam-se ao problema da baixa taxa de retorno dos investimentos agrícolas: (1) elevação da própria taxa de retorno e/ou redução do risco, o que envolve investimentos públicos em treinamento e capacitação, melhoria de qualidade e de localização de terras, promoção de parcerias com as agroindústrias, etc.; (2) concessão de subsídio ao crédito, na expectativa de que o investimento na produção para o mercado se torne rentável; e (3) o Estado assumindo o risco através da criação de um Fundo de Aval.

O problema com o subsídio, e especialmente com uma taxa de subsídio muito alta, é que ele "chancela" uma baixa taxa de retorno. Na realidade, ele contribui para essa baixa taxa de retorno, não estimulando o agricultor a dar o melhor do seu esforço. Além disso, quando o subsídio estende-se ao principal, o agricultor pode alocar os fundos do crédito à compra de bens de consumo ou à produção de auto-consumo, visto que ele não precisa criar capacidade de pagamento futuro. A melhor saída parece ser investir em capacitação (alternativa 1) e criar fundos de aval que diminuam o risco dos agricultores e dos bancos.

no grupo D que vê sua produção acrescentada em R\$ 2647 e sua renda em R\$ 852. De forma genérica o impacto do PRONAF na renda e na produtividade seria modesto. A baixa integração nos mercados seria um dos fatores. No entanto no grupo D o impacto é significativo, o que revela a necessidade de focalizar a política de crédito entre aqueles que têm maiores condições de aproveitá-lo produtivamente. Sacco dos Anjos (2002) encontra evidências semelhantes: quando se mede de forma genérica, sem diferenciar os subgrupos internos da agricultura familiar, o efeito é modesto, mas quando se diferencia, o Grupo D possui índices positivos de produtividade em função do crédito. Magalhães ET AL (2005) em outra pesquisa realizada para a região de Pernambuco, encontra resultados semelhantes: efeito nulo nos grupos em geral e efeito positivo no grupo D de renda mais alta dentro dos agricultores familiares.

¹¹A produção de cereais do Brasil passou de 50 milhões de toneladas em 1980 para 146 milhões em 2010 utilizando praticamente a mesma área plantada (a área passou de 40 milhões de hectares para 47 milhões em 2010). Este fato revela que o aumento de produção deveu-se, quase exclusivamente, aos ganhos de produtividade acontecidos nesse período. (Guanziroli, 2010, pág. 4). Esse aumento de produtividade foi obtido em parte graças ao fluxo de crédito dado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que permitiu um importante processo de modernização do setor através da incorporação de tecnologia.

3- CONCLUSÃO

Há um número grande de políticas que afetam o desenvolvimento rural direta ou indiretamente. Algumas dessas políticas como a investigação agrária (R&D) e a regularização de terras tem efeitos no longo prazo e não deveriam ser descuidadas num plano que contemple organização e desenvolvimento rural de forma sistêmica. Mas não afetam a produtividade no curto e médio prazo.

Outras políticas são essenciais para que esse aumento de produtividade. Sem crédito rural sazonal que viabilize a aquisição e utilização de insumos modernos, sem assistência técnica que garanta que os agricultores emergentes e/ou camponeses façam aplicação dos insumos modernos no tempo e doses e corretas, e sem estradas e armazéns que permitam o escoamento e venda da produção um programa de incentivo ao aumento de produtividade estaria fadado ao fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. *Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth*. CEPR Discussion Papers. N. 4458, Berkeley, 2004

ANGELA KAGEYAMA *Produtividade E Renda Na Agricultura Familiar: efeitos do PRONAF-crédito*, IICA/MDA 2010.

ASSUNÇÃO, J.J, BRAIDO, L.H.B. *Testing Household-Specific Explanations for the Inverse Productivity Relationship*. Amer. J. Agr. Econ. 89(4) (November 2007): 980–990

BESLEY, TIMOTHY & PERSSON, TORSTEN (2011): *Pillars of Prosperity*. Princeton University Press. New Jersey. USA.

BOURDIEU, PIERRE. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BUAINAIN, A.M. GUANZIROLI, C.E (1998) “Trajetória Recente das Política Agrícola Brasileira”. Projeto FAO/INCRA. UTF/BRA/036/BRA. Brasília. DF.

CASTELAR, A. P. (2005): *Direito, Economia e Mercados*, Editora Campus

COLLIER.P. (2008). “The Bottom Billion”. Oxford University Press. London. UK.

DESAI, B. M.; GUPTA, V. K.; SINGH, Gurdev; *Institutional Credit for Green Revolution and Dry-Farming Areas in India*; Indian Institute of Management, Ahmedabad, 1987.

FAO (1996). *Rural Credit markets and the effectiveness of policy reforms*. Social and Economic Paper 134.

FAO STAT 2008 Food Agricultural Organization of the United Nations. Site visitado no dia 2/11/2011.

FENGXIA DONG, JING LU, AND ALLEN M. FEATHERS: *Effects of Credit Constraints on Productivity and Rural Household Income in China* Paper 10-WP 516 October 2010 Center for Agricultural and Rural Development. Iowa State University

FÜRSTENAU, Vivian; *A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960*; Ensaios FEE, Porto Alegre, 1987

GASQUES; J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI M. P.; *Produtividade e Fontes De Crescimento Da Agricultura*; IPEA, 2010

GERARD VAN EMPEL *Rural Banking in Africa: The Rabobank Approach FOR FOOD, AGRICULTURE, AND THE ENVIRONMENT* Focus 18 • Brief4 • July 2010

GUANZIROLI, C.E (2010). “Agronegocio Y Agricultura Familiar En Brasil: Políticas Agrícolas Y Agrarias Que Dieron Suporte En Los Últimos Treinta Años”. Conferencia CIDE, 10 y 11 de Noviembre 2010, Auditorio Cuajimalpa México D.F

GUIRKINGER, Catherine; BOUCHER, Steve; *Credit Constraints and Productivity in Peruvian Agriculture*; Department of Agricultural and Resource Economics University of California, Davis; Working Paper No. 07-005; 2007

HENRY, C. SHARMA, CECILE LAPENU, MANFRED ZELLER. (2003). *Micro Finance Poverty. Assessment Tool, Technical Tools*. Series nr 5, CGAP, the World Bank, Washington, 206 p.

HIRSCHMAN, A. (1961). *Estratégia de Desenvolvimento Econômico*; Fundo de Cultura; Rio de Janeiro; 1961

IFAD (International Fund for Development Assistance). 2004. *Country Strategic Opportunities Paper (COSOP)*.

IFPRI. 2010 Discussion Paper n°114, International Food Policy Research Institute, Washington D.C., 35.

IFPRI. The Rabobank Approach *Gerard van Empel* **For Food, Agriculture, And The Environment** Focus 18 • Brief4 • July 2010

IFPRI. 2011 *Increasing Agricultural Productivity Critical to Food Security in Sub-Saharan Africa* Nov 1.

IRAM (Institute de Recherche et d’Application des Méthodes de Développement). 2003. *Study Design of a Rural Finance Scheme for Cabo Delgado and Niassa Provinces Rural finance options for promoting effective agricultural commercialization in the Pama focal areas of Northern Mozambique*.

JANE GROB AND ANDRÉ NOGUEIRA HENRIQUE BETTENCOURT, IÓNIZE JONAZE Financing Mozambique, 2010, Swiss Capital Partners (SCP) Lda and Finantia Lda.

JANVRY, A.; MCINTOSH, C.; SADOULET, E.; *The supply and demand side impacts of credit market information*; 2006

JONATHAN CAMPAIGNE AND TOM RAUSCH *Finance Bundling Development Services with Agricultural Finance: The Experience of Drum Net For Food, Agriculture, And The Environment* Focus 18 • Brief14 • July 2010

JORGENSON, R.; *Armadilha do Desenvolvimento*, Awarwala, op cit

LAPENU, C. & MANFRED ZELLER. (2001). *Distribution, Growth, and Performance of the Microfinance Institutions in Africa, Asia and Latin America. A Recent Inventory*, Journal of Development and Agricultural Economics Vol. 3(2), pp 35-47, February 2011 Available online at <http://www.academicjournals.org/JDAE> ISSN 2006- 9774 ©2011 Academic Journals Full Length Research Paper

LEDGERWOOD, J. (1999). *Microfinance Handbook: An Institutional and Financial Perspective*, World Bank, Washington D.C.: World Bank, Sustainable Banking with the Poor Project.

LEWIS, W.A.; *”Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra”*; Johns Hopkins, 1954

LUCAS, R.E. Jr. *On the mechanics of economic development*. Journal of Monetary Economics, v. 22, n.1, p. 3-42, 1988.

MAGALHÃES André Matos, et al (2005): *”The family farm program in Brazil: the case of Parana”*. XVIII Congresso SOBER Julho 2005. Ribeirão Preto SP.

MAGALHÃES André Matos, et al (2005): *”The family farm program in Brazil: the case of Pernambuco”*. XVIII Congresso SOBER Julho 2005. Ribeirão Preto SP.

MARTINA WIEDMAIER-PFISTER AND BRIGITTE KLEIN *Microinsurance Innovations in Rural Finance For Food, Agriculture, And The Environment* Focus 18 • Brief12 • July 2010.

MATUS, C, *Planejamento Estratégico*; IPEA; Ministério da Economia Brasil; 1993

MINAG 2011.PEDSA. Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Setor Agrário Moçambique. 2011-2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA 2006 *Conceito, Princípios E Estratégia De Revolução Verde Em Moçambique*.

MINAG (2006) “Direção de Economia *”Sobre O Papel Do Governo No Mercado De Alimentos Básicos: Panorama Baseado Em Pesquisa Recente E Implicações Para Moçambique”* Emílio Tostão e David Tschirley.

NORTH, D.C (1990): *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.

_____ (1993): *The New Institutional Economics and Development*, Washington University.

_____ (1981): *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton.

NURKSE, R: *Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico*. In Agarwala. *”Teorias do Desenvolvimento Econômico”*. John Hopkins, 1967

- OLSON, M. (1996): *Big Bills Left on The Sidewalk: Why Some Nations are Rich and Others Poor, Distinguished Lecture on Economics in Government. Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 2, spring 96, pp. 3-22.
- PINSTRUP-ANDERSON, P. 1993. Unpublished testimonies presented to the United States House of Representative, Committee on Agriculture, Sub-committee on Foreign Agriculture and Hunger, in International Food Policy Research, Washington D.C.
- RAMUKUMBA¹, J. A. GROENEWALD H. D. VAN SCHALKWYK , M. B. GUNDIDZA AND A. N. MAIWASHE CARTER R, VAN AH (2006). *Small firm bankruptcy. J. of Small Bus. Man.*, 44(4): 493-512.
- ROMER, Paul M. *Increasing returns and long run growth*. Journal of Political Economy, 94, p. 1002-1037, oct. 1986.
- ROMER, Paul M. *Human capital and growth: theory and evidence*. Carnegie-Rochester Conference series on Public Policy, North Holland, 32:251-286, 1989.
- ROSTOW, W.A.; “*As etapas do Desenvolvimento Econômico*”; Zahar Editora; 1978
- SACCO DOS ANJOS Flavio (FECAMP) et al (2004): *Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul*. XVII Congresso da SOBER. Julho 2004. Cuiabá MT.
- SEN, Amartya; “*Desenvolvimento Como Liberdade*”; Companhia das Letras; Brasília; 2001.
- SIRIAM, M.S.; *Productivity of Rural Credit: A Review of Issues and Some Recent Literature*; The Indian Institute of Management, Ahmedabad, 2007
- SPOLADOR, Humberto F. S; BARROS, Geraldo C.; *Produtividade Agrícola E Preço Da Terra No Brasil – Uma Análise Estadual*; ESALQ/USP; Piacicaba; SOBER; Campo Grande; 2010.
- STIGLITZ, J.E AND WEISS A (1981). *Credit Rationing in markets with imperfect information*. American Economic Review, Vol 71, N 3 June pp 393-410.
- SOUZA FILHO HILDO MEIRELLES, BUAINAIN ANTÔNIO MÁRCIO, GUANZIROLI CARLOS (2005) *Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos*. Congresso da SOBER. Porto Alegre. Brasil
- V. M. MMBENGWA * T. *Factors that influence the success and failure of land bank supported farming small, micro and medium enterprises (SMMES) in South Africa* .
- WILLIAMSON, O (1985) *The Economic Institutions of Capitalism*, 1985. The Free Press. Collier Macmillan. London.
- YARON, WB, 1995 *Rural Finance In Developing Countries*.